



Destaque da Semana

[Cartilhas orientarão empregadores sobre modernização trabalhista](#)

Ministério do Trabalho - 15/12/2017

Uma série de cartilhas com informações sobre a modernização trabalhista orientará empresários brasileiros que tiverem dúvidas em relação às mudanças da legislação. A iniciativa é resultado de uma parceria firmada nesta sexta-feira (15), em São Paulo, entre o Ministério do Trabalho, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio/SP).

O [primeiro fascículo](#) foi lançado nesta sexta. Ele se chama “Contratos: o que o empresariado deve saber”, e tem como objetivo dar as primeiras orientações sobre a modernização. O secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Helton Yomura, lembrou da importância do documento para os empregadores e também para os trabalhadores que já estão sendo contratados pela nova lei. “Esta cartilha vai ajudar o empresário a contratar com mais segurança jurídica. Será um suporte de informações claras a respeito da lei em vigor, afirmou Yomura.

O presidente do Conselho do Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio/ SP, José Pastore, ressaltou o caráter pedagógico das cartilhas. “Isso vai ajudar o Brasil a compreender melhor a nova lei trabalhista. A comunidade jurídica, acadêmica, empregadores e trabalhadores terão a oportunidade de aprofundarem o conhecimento acerca de direitos”, afirmou Pastore.

Para ler na íntegra [clique aqui](#).

[Família obtém reparação por restrições físicas e desgaste emocional de trabalhador acidentado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/12/2017

A família de um empregado da Mayer Mecânica Ltda. que sofreu esmagamento da mão esquerda por uma prensa e foi aposentado por invalidez deverá receber indenização de R\$ 40 mil. As lesões geraram incapacidade total e permanente para o ofício que exercia (operador de prensa), além de acentuado grau de deformação estética. Ao julgar recurso da empresa, a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve inalterada a indenização deferida anteriormente em sentença.

[Empregador e transportadora são responsáveis por acidente com trabalhadores agrícolas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/12/2017

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de recurso da Du Pont do Brasil S.A – Divisão Pioneer Semente contra decisão que a condenou a indenizar, solidariamente com microempresa de transportes, um trabalhador agrícola vítima de acidente de ônibus. Para os ministros, ficou configurada a responsabilidade solidária das duas pessoas jurídicas – a microempresa que, como prestadora de serviço, sabia dos defeitos do veículo e nada fez para saná-los, e a Dupont, por não fiscalizar o cumprimento das normas de proteção e segurança de seus empregados.

[Quinta Turma julga primeiro processo após STF decidir sobre IPCA-E](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/12/2017

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou, nesta quarta-feira (13), o primeiro caso na Turma referente ao índice de correção dos débitos trabalhistas após a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julgar improcedente a Reclamação (RCL) 22012, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) contra decisão do TST que determinara a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) no lugar da Taxa Referencial Diária (TRD) para a atualização de débitos trabalhistas.

[Empregador pode exigir certidão de antecedentes criminais para operador de telemarketing](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 13/12/2017

Não configura dano moral exigir do candidato a emprego de operador de telemarketing certidão de antecedentes criminais. O entendimento é da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, que julgou o recurso interposto pela AEC Centro de Contatos S/A,

de Campina Grande (PB), contra decisão da Oitava Turma que havia condenado a empresa por danos morais em R\$ 2 mil por condicionar a vaga ao emprego à apresentação da declaração de idoneidade pelo trabalhador.

[Turma reconhece dano material decorrente de incapacidade parcial para o trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 13/12/2017

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e a Atlântica Segurança Técnica Ltda. a pagar pensão mensal a um vigilante que ficou incapacitado permanentemente para exercer a sua função, mas não para atuar em outra, depois de sofrer um acidente de trabalho quando fazia a ronda nas dependências da tomadora de serviços. Segundo o relator, ministro Brito Pereira, a lei não exige, para o pagamento da pensão, que o trabalhador fique inapto para todo e qualquer trabalho, mas pode ser somente para a atividade profissional cotidiana ou que tenha, pelo menos, seu potencial para o trabalho reduzido, como no caso.

[Presidente do TST explica critério da transcendência na seleção de recursos de revista](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 11/12/2017

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho, iniciou a palestra sobre “O critério da transcendência no recurso de revista”, nesta segunda-feira (11), salientando que mais uma vez o TST e a Justiça do Trabalho avançam no sentido de aperfeiçoar a sistemática processual em seus órgãos. Com a adoção do critério de seleção de recursos de revistas (RR) pela transcendência dos temas, o Tribunal só admitirá os RR que ultrapassem o interesse particular das partes.

[Empresa pagará equivalente a seguro-desemprego porque fez três cadastros de PIS de empregado](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 11/12/2017

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Comercial São Torquato S.A. contra decisão que a condenou a pagar o equivalente a três parcelas do seguro-desemprego a um ex-empregado que deixou de receber o benefício porque a empresa fez três inscrições dele no PIS, impossibilitando-o de sacar as parcelas devidas. Segundo o relator, ministro Alexandre Agra Belmonte, a responsabilidade pelo cadastramento do trabalhador no PIS junto à Caixa Econômica Federal (CEF) é do empregador.

[Acréscimo de três dias no aviso prévio é devido a partir do primeiro ano de serviço](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 11/12/2017

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da União Brasileira de Educação e Assistência (Ubea) contra decisão que a condenou a pagar aos seus empregados três dias do aviso prévio proporcional nos contratos com mais de um ano. A decisão segue a jurisprudência do TST no sentido de que o acréscimo é devido a partir do primeiro ano de serviço, resultando no aviso-prévio de 33 dias para empregados com um ano de serviço na empresa, 36 para aqueles com dois anos e assim sucessivamente.

[Ministro cita oportunidades da modernização trabalhista em encontro com japoneses](#)

Ministério do Trabalho – 15/12/2017

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, está apostando na modernização trabalhista para o surgimento de novas oportunidades de investimento e de emprego no Brasil. Nesta quinta-feira (14), ao participar do jantar de confraternização da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil, ele destacou o papel das mudanças da legislação na atual conjuntura do país.

[Empregadores em débito com o FGTS poderão parcelar a dívida para pagar os trabalhadores](#)

Ministério do Trabalho – 13/12/2017

O Conselho Curador do FGTS aprovou nesta terça-feira uma resolução que pode beneficiar 8 milhões de trabalhadores que saíram de empresas onde trabalhavam mas nunca conseguiram receber o FGTS porque o empregador não estava depositando os valores na conta vinculada do empregado. A nova medida permitirá que as empresas devedoras parcelem suas dívidas de débitos rescisórios com o Fundo de Garantia e, assim, o trabalhador consiga receber o dinheiro.

[Ministro defende “união de forças” entre trabalhadores e empregadores](#)

Ministério do Trabalho – 11/12/2017

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, defendeu, nesta segunda-feira (11), a união de forças entre trabalhadores e empregadores para que o Brasil encontre novamente o caminho do emprego. Em sua participação na 33ª edição do Seminário Motores do Desenvolvimento, em Natal, que teve como tema “Reforma, Mercado e Novas Relações de Trabalho”, o ministro lembrou que a modernização das leis trabalhistas veio para unir os esforços voltados à superação de um desafio que é de todos – patrões e

empregados.

[Dia Nacional do MP lembra as missões da instituição](#)

Ministério Público do Trabalho – 14/12/2017

Em sua atuação judicial e extrajudicial, o MPT vem apresentando resultados crescentes. Somente entre janeiro e novembro deste ano, foram instauradas 131,9 mil notícias de fato (investigação inicial), quantitativo maior do que o registrado no ano de 2016 – 124,9 mil. As ações civis públicas também apresentaram aumento – foram 5.581 entre os mesmos meses de 2017 contra 4.882 em 2016. A instituição também firmou 11.698 termos de ajustamento de conduta somente este ano.

[MPT pede manutenção da lei das cotas em empresas de segurança e transporte de valores](#)

Ministério Público do Trabalho – 14/12/2017

De acordo com a nota técnica elaborada pelo MPT, a atual redação do art. 429 da CLT prevê que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

[Iniciativas de combate ao assédio sexual no trabalho são apresentadas no Senado](#)

Ministério Público do Trabalho – 13/12/2017

“O silêncio não desfaz o assédio, não consolida a situação como normal”. A afirmação acima foi feita nessa terça-feira (12), pela vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ana Cláudia Bandeira Monteiro, durante a audiência pública “O assédio sexual, moral e psicológico em ambientes de trabalho”, promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

[MPT lança “PCD Legal Benefícios”](#)

Ministério Público do Trabalho – 13/12/2017

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou nova coletânea com publicações e atualizações sobre benefícios legais destinados às pessoas com deficiência, no dia 6 deste mês, no auditório do Memorial da Inclusão, em São Paulo. O lançamento ocorreu durante o Seminário “Diversidade e Inclusão no Trabalho”, promovido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O material está disponível para leitura e download na biblioteca virtual acessível “PCD Legal” (<http://www.pcdlegal.com.br/>).

Notícias

[Sinait convoca servidores e trabalhadores para combater reforma da Previdência e a MP 808-17](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/12/2017

A vice-presidente do Sinait, Rosa Maria Campos Jorge, convocou servidores e trabalhadores para fortalecerem a luta contra a reforma da Previdência e a Medida Provisória - MP 808/2017, que trata da reforma trabalhista. O apelo da dirigente sindical foi feito durante a audiência pública sobre "As Ameaças do Atual Governo aos Direitos dos Servidores Públicos Federais", na Comissão de Administração e Serviço Público - CTASP, na Câmara dos Deputados, na manhã desta terça-feira, 12 de dezembro.

[Estatuto do Trabalho: Sinait critica reforma trabalhista e MP 808 em audiência no Senado](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/12/2017

O Delegado Sindical do Sinait no Piauí, Alex Myller, criticou a reforma trabalhista e a Medida Provisória - MP 808/2017 afirmando que as medidas aprofundam a desigualdade social e a retirada de direitos dos trabalhadores. As colocações foram enfatizadas em audiência pública realizada nesta segunda-feira, 11 de dezembro, pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho - CDHET, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH do Senado, em Brasília (DF).

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA MTb Nº 137, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017](#) (DOU de 11/12/2017 Seção I Pág. 136)

Fixa metas de processos analisados, encerrados e o número mínimo de Auditores Fiscais do Trabalho que deverão desempenhar a atividade de análise de processos nas Superintendências Regionais do Trabalho no ano de 2018, em razão das metas do projeto de multas e débitos;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 135, DE 31 DE AGOSTO DE 2017 \(*\)](#) (DOU de 12/12/2017 Seção I Pág. 237)

Dispõe sobre procedimentos para a divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 800, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017](#) (DOU de 14/12/2017 Seção II Pág. 142)

Altera a Resolução n. 762, de 9 de maio de 2016, que institui a Linha de Crédito denominada PROGER URBANO - Capital de Giro, no âmbito do PROGER Urbano;



Responsável Técnico
Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818
clovis@queirozneto.adv.br
queirozneto.adv.br

(61) 3526-7707
SHVP Rua 8 Chácara 202 Casa 34
CEP: 72006-845 - Brasília-DF